

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 541, DE 2011

Dispõe sobre a política estadual de incentivo ao direito dos alunos das instituições da rede pública de ensino a terem acesso ao cinema.

Autor: Deputado WELITON PRADO

Relator: Deputado STEPAN NERCESSIAN

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em tela, de autoria do ilustre Deputado Weliton Prado, institui política estadual de incentivo ao direito dos alunos da rede pública de ensino de terem acesso ao cinema, como parte de Política mais ampla de incentivo à Cultura e à Educação e com vistas ao aprimoramento cultural. Postula que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão firmar convênio com as empresas de cinema a fim de facultar a exibição de sessões cinematográficas aos alunos. Sugere a elaboração de uma agenda especial para o programa de exibições cinematográficas para os alunos, que considere o calendário escolar e propõe que os ingressos estudantis tenham preços reduzidos em determinados dias no calendário escolar, de acordo com as condições estabelecidas no convênio. Por fim, o projeto estipula que o Executivo regulamente a nova lei em noventa dias contados da data de sua publicação.

O proponente, em favor de sua proposta, argumenta que dos alunos do ensino básico “não tem condições de frequentar os cinemas, devido à situação financeira de seus pais. Nessa proposta, haverá intercâmbio

entre os gerentes de cinema e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com o calendário escolar e a disponibilidade das sessões, ajuste que acreditamos ser perfeitamente viável. Ainda nesse intercâmbio, serão selecionadas as sessões, de acordo com critérios pedagógicos, levando o aluno a ampliar sua cultura.” Aduz que “Esta proposta não trará despesas ao erário público nem prejuízo aos cinemas, pois, apesar de os ingressos serem de preços reduzidos, estes terão maior número de frequentadores.”

Apresentado na Câmara em 23/02/2011, o projeto de lei foi distribuído pela Mesa Diretora às Comissões de Educação e Cultura (CEC) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em conformidade com o Regimento Interno. Tramita em regime ordinário e se submete à apreciação conclusiva pelas referidas Comissões.

Recebido pela CEC em 14/04/2011, o Deputado Paulo Pimenta foi designado seu primeiro relator. No prazo regulamentar o projeto não recebeu emendas e em 28/03/2012 foi devolvido à Comissão sem manifestação do relator. Em 03/05/2012 este Deputado foi indicado novo relator da matéria.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Não obstante a evidente relevância temática desta Proposição e os resultados culturalmente importantes que teria, caso fosse implementada, não se pode deixar de apontar a impossibilidade de sua aprovação na medida em que pretende fixar política estadual mediante projeto de lei de um Parlamentar da Câmara Federal, o que configura impedimento constitucional.

Por outro lado, vale lembrar que se encontra em fase final de trâmite nesta Casa o Projeto do Vale-Cultura - PL nº 5798/2009, que *Institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura e dá outras providências*, cuja aprovação virá ao encontro dos anseios de centenas de

milhares de pessoas em todo o Brasil. Uma iniciativa de grande impacto cultural e nacional, o projeto, que se destina a conceder aos trabalhadores meios “para o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura”, tem por objetivo possibilitar o acesso e a fruição dos produtos e serviços culturais; estimular a visitação a estabelecimentos culturais e artísticos; e incentivar o acesso a eventos e espetáculos culturais e artísticos. De acordo com a Proposição, as áreas culturais a serem beneficiadas são as artes visuais; as artes cênicas; o audiovisual; a literatura e as humanidades; a música; e o patrimônio cultural. “Serviços culturais” são as atividades de cunho artístico e cultural, fornecidas por pessoas jurídicas, cujas características se enquadrem nas áreas previstas. “Produtos culturais”, por sua vez, são bens materiais de cunho artístico e cultural, produzidos por pessoas físicas ou jurídicas cujas características se enquadrem nas áreas culturais previstas. De caráter pessoal e intransferível, o Vale- Cultura será válido em todo o território nacional, para acesso e fruição de produtos e serviços culturais, no âmbito do Programa de Cultura do Trabalhador. Será confeccionado e comercializado por empresas operadoras e disponibilizado aos usuários – os trabalhadores - pelas empresas beneficiárias (as que se cadastrem no programa para conceder o Vale-Cultura a seus trabalhadores) para ser utilizado junto às empresas culturais receptoras.

Na prática, o Vale-Cultura será um benefício de R\$50 que as empresas poderão disponibilizar aos empregados que ganhem até cinco salários mínimos, para que eles invistam na aquisição de bens culturais como livros, ingressos para cinema, teatro e museus, DVD's e CD's. Nos cálculos do Ministério da Cultura, o projeto injetaria R\$ 600 milhões por mês no mercado cultural, aquecendo o setor com novas produções. As empresas que aderirem poderão abater o valor do benefício do imposto de renda, o que poderá gerar uma renúncia fiscal de cerca de R\$ 7 bilhões ao ano para os cofres do governo. Na medida em que os pais-trabalhadores se beneficiem deste interessante programa, seus filhos também poderão não só frequentar cinema mas também ter acesso a outras modalidades de expressão cultural disponíveis em suas cidades.

Pelas razões apontadas, e não obstante o reconhecimento das melhores intenções do Deputado Weliton Prado, sem dúvida um Parlamentar amigo da Educação, das Artes e da Cultura, não nos resta alternativa senão rejeitar este projeto de lei nº 541, de 2011, que “Dispõe sobre a política estadual de incentivo ao direito dos alunos das instituições da rede pública de ensino a terem acesso ao cinema”. E aos meus ilustres Pares da CEC peço apoio a este voto.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado STEPAN NERCESSIAN
Relator

2012_10317